

CULTURA AFRICANA: HISTÓRIA, IDENTIDADE E RELIGIOSIDADE

AFRICAN CULTURE: HISTORY, IDENTITY, AND RELIGIOSITY.

CULTURA AFRICANA: HISTORIA, IDENTIDAD Y RELIGIOSIDAD

MARCELO NICOMEDES DOS REIS SILVA FILHO

● Doutor em Letras - Linguagem e Sociedade pelo PPGL - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Líder do Grupo de estudos e pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade – GEDiSS/UFMA, docente do Mestrado em Letras de Bacabal - GPLB-UFMA e professor adjunto vinculado ao Departamento de Letras na Universidade Federal do Maranhão - UFMA

ROSANA ARAÚJO ROCHA MORAES

● Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Libras e Práticas Pedagógicas Aplicadas à Educação Bilíngue de Surdos pela Fundação Sousa Andrada de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA. Graduada em Licenciatura em Educação Artística pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Membro do Grupo de estudos e pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade – GEDiSS/UFMA e Tradutora Intérprete de Língua Brasileira de Sinais da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão – SEDUC e Secretaria Municipal de São Luís – SEMED.

RESUMO

As contribuições culturais herdadas da África fundamentam a identidade cultural de muitos segmentos sociais da sociedade atual. Em maior ou menor grau, marcou os modos de ser e pensar, de agir e sentir de várias nações do hemisfério ocidental. No período da descolonização esse cenário começou a modificar-se, mas o descaso pela história desse continente continua em vários aspectos até hoje. Para refletir sobre esses aspectos que o proposto trabalho teve como objetivo analisar a cultura africana e a relação de identidade construída ao longo do tempo discutindo sua constituição e sua resistência por meio das práticas socioantropológicas, em especial a religião. Para tal, foi dividido em três sessões que conversam sobre o encontro com o ocidente; fundamentos culturais e históricos de identidade e um panorama sobre a história da cultura africana no Maranhão e seus desdobramentos religiosos. Alguns teóricos que fundamentaram este trabalho foram: FALOLA (2020); HERNANDEZ (2005) e ASSUNÇÃO (2010), dentre outros. A pesquisa concluiu que o interesse pelo ocultamento da dinâmica cultural do continente e o desejo pelo apagamento de suas especificidades históricas, em relação aos continentes europeu e mesmo americano não foi sem pretensão. Refletir sobre a identidade e historicidade desses povos, conduz-nos a analisar estereótipos raciais presentes até os nossos dias e que precisam ser discutidos e debatidos com afinco.

Palavras-chave: Cultura; África; Religião.

ABSTRACT

The cultural contributions inherited from Africa underpin the cultural identity of many social segments of today's society. To a greater or lesser extent, they have influenced the ways of being and thinking, acting and feeling of several nations in the Western Hemisphere. During the period of decolonization, this scenario began to change, but the disregard for the history of this continent continues in many aspects to this day. To reflect on these aspects, the proposed work aimed to analyze African culture, and the relationship of identity built over time, discussing its constitution and its resistance through socio-anthropological practices, especially religion. To this end, it was divided into three sessions that discuss the encounter with the West: cultural and historical foundations of identity and an overview of the history of African culture in Maranhão and its religious developments. Some theorists who supported this work were: FALOLA (2020); HERNANDEZ (2005) and ASSUNÇÃO (2010), among others. The research concluded that the interest in concealing the cultural dynamics of the continent and the desire to erase its historical specificities, in relation to the European and even American continents, was not without pretension. Reflecting on the identity and historicity of these people leads us to analyze racial stereotypes that are still present today and that need to be discussed and debated with zeal.

Keywords: Culture; Africa; Religion.

RESUMEN

Las contribuciones culturales heredadas de África fundamentan la identidad cultural de muchos segmentos sociales de la sociedad actual. En mayor o menor grado, marcaron las formas de ser y pensar, de actuar y sentir de varias naciones del hemisferio occidental. Durante el período de descolonización, este escenario comenzó a cambiar, pero el descuido hacia la historia de este continente continúa en varios aspectos hasta el día de hoy. Para reflexionar sobre estos aspectos, el presente trabajo tuvo como objetivo analizar la cultura africana y la relación de identidad construida a lo largo del tiempo, discutiendo su constitución y su resistencia a través de prácticas socioantropológicas, en especial la religión. Para ello, se dividió en tres secciones que abordan el encuentro con Occidente, los fundamentos culturales e históricos de la identidad y un panorama sobre la historia de la cultura africana en Maranhão y sus desarrollos religiosos. Algunos teóricos que fundamentaron este trabajo fueron: FALOLA (2020); HERNÁNDEZ (2005) y ASSUNÇÃO (2010), entre otros. La investigación concluyó que el interés por ocultar la dinámica cultural del continente y el deseo de borrar sus especificidades históricas, en relación con los continentes europeo e incluso americano, no fue sin intención. Reflexionar sobre la identidad y la historicidad de estos pueblos nos lleva a analizar los estereotipos raciales presentes hasta nuestros días, los cuales necesitan ser discutidos y debatidos con dedicación.

Palabras clave: Cultura; África; Religión.

INTRODUÇÃO

A cultura é um processo dinâmico, e os africanos precisaram enfrentar muitos dilemas no transcurso de sua história. Os desdobramentos que seguem em sua trajetória, transitam entre o islamismo, o cristianismo, a colonização, a ocidentalização, a industrialização e a modernização, que marcaram a análise das culturas africanas em sua formação e o ponto atual em que se está na contemporaneidade.

Outra experiência comum aos africanos, foi o domínio colonial em quase todo o continente, subjugado por potências europeias. Esta experiência mudou as culturas africanas de tal forma que tornou evidente as diferenças entre a cultura dos conquistadores europeus e dos povos africanos. De diversas formas, os europeus impuseram sua cultura aos africanos de maneira que a história traçada até aqui, ainda é marcada por ideias de superioridade em relação aos colonizados em diversos aspectos.

Refinamento, autoridade, imposição e civilização definiram os europeus na marcha da colonização. E por muito tempo a história apontou a dicotomia entre culturas consideradas superiores e primitivas, populares e elitistas. Marcas desse processo histórico foram registradas no Maranhão ainda no século XVIII, mesmo que de forma pouco expressiva inicialmente e estendeu-se século adentro, deixando marcas não só físicas, de tortura, morte e lutas, mas também na cultura e formação de identidade do povo maranhense.

Para refletir sobre essas questões do encontro com o ocidente, fundamentos culturais e históricos de identidade e um panorama sobre a história da cultura africana no Maranhão, o presente trabalho tem como objetivo analisar a cultura africana e a relação de identidade construída ao longo do tempo discutindo sua constituição e sua resistência por meio das práticas socioantropológicas, em especial a religião. Para tal, o artigo foi dividido em três tópicos, sendo no primeiro discutido aspectos de colonização e de cultura e civilização negra; no segundo discorre-se sobre a historiografia do continente africano e às suas gentes sob o olhar europeu e por fim, no terceiro tópico é traçado um panorama sobre a história africana no maranhão e suas marcas de identidade construídas ao longo do tempo.

O presente trabalho foi construído com base na pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com pesquisa de referências que discutem o objetivo desejado, como: FALOLA (2020); HERNANDEZ (2005) e ASSUNÇÃO (2010), dentre outros. Espera-se com este trabalho que reflexões sejam feitas sobre a temática e possa contribuir aos interessados em aprender sobre o continente.

O ENCONTRO COM O OCIDENTE

A África moderna - na verdade, todo o repertório das culturas africanas modernas - não pode ser entendida sem antes considerar o impacto do Ocidente e as retenções, empréstimos ou adaptações neste continente e em seus povos. Durante a primeira metade do século XX, várias potências europeias (como Reino Unido, França, Bélgica, Portugal e outros) colonizaram grandes partes da África. Esse processo começou no final do século XIX, nomeado como a “Partilha da África”, e continuou até a primeira metade do século XX.

A maior parte da África foi conquistada entre 1885 e 1900. No entanto, as relações eu-africanas são anteriores a esse período, decorrentes principalmente do assentamento de diversas colônias comerciais e de estabelecimentos europeus ao longo da costa. O século XV estabelece os contatos dos europeus com a África e as relações que foram estabelecidas pelo domínio do tráfico transatlântico de escravos até o século XIX.

As consequências desta relação foram devastadoras, mesmo muito tempo depois da sua abolição. Durante o século XIX, exploradores europeus foram à África com o objetivo de conhecer as terras e os povos. A igreja através de missionários também se apressou em visitar esses lugares para difundir o evangelho; comerciantes vieram de diversos lugares para obter óleo e sementes de palma, amendoim e algodão, além de outros produtos; agentes civis e oficiais militares europeus passaram a controlar a costa africana com o objetivo de obter interesses crescentes no domínio colonial.

Assim, “O interesse no lucro e na evangelização se fundiram na ideia de que ambos eram necessários para “civilizar” a África e produzir uma nova geração de africanos que libertaria o seu povo da suposta barbárie” (FALOLA, 2020, p. 48). A expansão das fronteiras europeias levou as elites africanas a se interessarem mais por suas tradições e história, tanto para negociar com os invasores quanto para resistir às mudanças que eles propunham.

As narrativas de resistência e os protestos assumiram diversas formas e constituíram diversas fases, contribuindo para que os africanos resistiram à colonização de diferentes formas ao longo do tempo. Essa resistência não foi uniforme, variou conforme as circunstâncias e evoluiu ao longo dos anos, por meio de estratégias e formas de protesto, mudando de acordo com o contexto e as necessidades.

Após 1885, as relações foram transformadas pela dominação colonial que, em muitas áreas, se estendeu até a década de 1960. Isso mudou a atitude das elites africanas. A guinada em direção à dominação colonial afetou seu *status* e poder à medida que cada vez mais europeus passaram a substituí-los no governo, no comércio e na igreja (FALOLA, 2020, p.53)

Não mais considerados aliados, eles começaram a ser tratados como subalternos no governo, tratamento igualmente dado aos agricultores e comerciantes que a própria elite inferiorizava. Se, até o momento, as elites africanas haviam considerado benéfica a expansão europeia, agora começam a repensar tal posicionamento, reconhecendo a necessidade de tornarem-se anticoloniais se quiserem continuar com a sua influência.

Agora não apenas a igreja foi dominada, mas também o comércio, as ocupações civis e o serviço público. Assim, o poder que as elites africanas tanto esperavam foi-lhes negado de forma abrupta e sem chance de questionamento. Diante do imperialismo europeu, os africanos se depararam com inúmeras mudanças ligadas à dominação colonial e com a disseminação de novas culturas, ideias e instituições, com a introdução de produtos e conhecimentos da ciência, da tecnologia e das indústrias europeias, em detrimento da cultura e conhecimentos múltiplos da diversidade de experiências e modo de vida dos africanos.

Segundo Towa (2015), ao pensar nos aspectos de colonização e de cultura e civilização negra, é importante refletir a dualidade racionalidade em detrimento da não racionalidade ou “não humanos” que definia o pensamento europeu da época sobre os africanos. Argumento que reforçava a justificativa da ação colonizadora de certos países da África. Este pensamento daria às nações europeias, durante muito tempo, a compreensão de serem moralmente superiores aos africanos, difundindo e garantindo a “lei e a ordem” de um estado considerado moralmente virtuoso.

Nos primeiros anos do século XX, o domínio europeu se consolidou de tal forma que era difícil prever que o domínio europeu em algum momento chegaria ao fim. Algumas expressões nacionalistas surgiram mais tarde como movimento de independência na década de 1950, quando os africanos tomam mais consciência acerca de suas demandas pela transferência de poder. O debate se ampliou com a inclusão de muitos membros da elite africana nesta arena como associações políticas, sindicatos, movimentos estudantis, grupos culturais, entre outros, criando um palco poderoso de protesto contra as ações coloniais, como afirma Falola (2020, p. 59):

[...] Havia um consenso de que a experiência colonial deveria ser utilizada para “pensar nacionalmente”[...]. Assim, no intervalo de uma geração, a elite deixou de defender a ocidentalização para defender a africanidade. Confrontados com a rejeição de seus pares europeus, eles começaram a pensar mais em seu próprio povo e nas mudanças que lhes eram impostas. As elites não podiam aceitar completamente todas as tradições nativas e foram, assim, forçadas a fazer escolhas e concessões.

Para o filósofo moçambicano, Severino Ngoenha, a ideia de liberdade existente na África, é pensada a partir do conceito de identidade e dos valores africanos. Libertar-se aqui significa desfazer-se do Ocidente, para almejar a “África no seu ser, nas suas fontes espirituais e na sua trajetória histórica. A África com suas próprias religiões, sua própria visão de política, da economia, da vida e da cultura” (NGOENHA, 1992, p. 116).

Com o mesmo pensamento, Falola (2020), afirma que as elites modernas desempenharam um papel importante na etnicidade africana, no entanto, voltadas principalmente para fins políticos, ligando as ideias sociais e culturais com as políticas para fortalecer a si mesmos e ao seu grupo com um todo. Por isso, muitas vezes a educação ocidental foi considerada um marcador de sucesso, enquanto a etnicidade africana foi enfraquecida pela cultura do dissenso e até mesmo da política étnica.

FUNDAMENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS DA IDENTIDADE

É recorrente o discurso que traça a história da civilização ocidental e o equívoco no tratamento do referencial que diz respeito à historiografia do continente africano e às suas gentes sob o olhar europeu. O conceito colonialista, tem gênese no século XVI, com o advento do racionalismo como método que, se consolida mais tarde entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, em que se definiu o “saber moderno” no mundo ocidental como pensamento dominante no período, Hernandez (2005).

Com esses princípios fundamentados, o viés político, ético e moral da sociedade da época tinha como pressuposto os princípios do oitocentos. As ideias desta “produção dos tempos modernos” permeiam até hoje, nas ciências humanas, na antropologia e na historiografia

sobre a África. Essa prerrogativa, que fundamentou a história ocidental durante muito tempo, se instala e se conserva fiel à regra de que “[...] não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUÍ, 1982, p. 7).

Dito de outra maneira, o ato de conhecer passa a ser reconhecido como um privilégio dos que são considerados mais capazes, valorosos e passam a ter o poder dicotômico do saber-poder diante de si. Sendo-lhe permitido, portanto, o direito de formular conceitos sobre o mundo, universalizá-los e explicar o processo histórico a partir de sua visão de mundo.

Isso é importante, porque o conjunto de escritos que se conhece sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, narram pré-noções e preconceitos, decorrentes, “[...] em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente” (HERNANDEZ, 2005, p. 18). Essa estrutura, organizada com objetivos bem específicos, atendeu durante muito tempo os interesses político-econômicos relacionados às missões, as empresas comerciais, adentrou o espaço acadêmico e as áreas de relações exteriores.

Essa lógica interpretativa, traz outro plano de fundo de sistemas classificatórios. As diferenças entre o europeu e o africano eram muitas. Com o ocultamento da complexidade e dinâmica cultural próprios da África, os africanos são identificados nesse modelo com características fisiológicas baseadas nos aspectos de aparência e raça negra. Dessa maneira, a palavra “africano” ganha um espectro de significações pré-estabelecidas, a exemplo: fleumático, frouxo, incapaz, insolente, inferior e primitivo. De maneira mais ampla, a classificação integrou o discurso da sociedade sem povo, sem noção de organização estatal, sem passado ou história.

Atestado como verdade, esse pensamento e tendência hegemônica perpetuou os estereótipos raciais, sem grandes indagações até meados do século XX. Mas neste a partir do século XX, pouco a pouco, a historiografia e a antropologia sobre a África foram paulatinamente analisadas de forma mais crítica, abrindo espaço para se questionar os preconceitos estabelecidos. Trabalhos precursores como:

[...] de antes da Segunda Guerra Mundial como e de Y. Urvoy sobre o Sudão Central (*Histoire des populations du Sudán Central*, 1936 e *Histoire du Bournu*, 1949). Por seu turno, a partir de 1947, a Société Africaine de Culture e sua revista *Présence Africaine* dedicaram-se a elaborar uma história da “África

descolonizada”, utilizando as técnicas europeias de investigação histórica para resgatar o passado africano buscando elementos de identidade cultural solapados pelo colonialismo (HERNANDEZ, 2005, p. 23)

Mesmo assim, apenas a partir de 1960, com a influência dos nacionalistas independentes e com o desejo da busca pela identidade do continente e dos Estados-nação recém-formados que foi entendida a necessidade de se repensar o modelo de abordagem dos registros históricos africanos, e a conceber um método mais adequado que negasse a homogeneidade das “tribos africanas”. Assim, esse quebra-cabeça montado, passou por transformações, com a valorização das especificidades históricas desse continente rico e o entendimento de seu caráter heterogêneo e complexo em diversidade cultural.

Em sua longuíssima história cultural, começaram a ser destaque a multiplicidade dos grupos étnicos, com destaque as culturas que compartilhavam de premissas em comum. Como reflexo desse novo olhar baseado no discurso histórico africano, ganham destaque, desde o final da década de 1970, os conhecimentos provindos principalmente da tradição oral e da arqueologia, pois as fontes etnográficas e linguísticas, precisavam ser mais aprofundadas.

Entre os fardos do passado e os dilemas atuais, elementos das culturas nativas, assim como das civilizações árabe e ocidental, coexistem, rivalizam e integram no continente africano (FALOLA, 2020). Essa coexistência, entre a cultura nativa e as culturas coloniais e pós-coloniais progride entre a forma criativa e a perversa. Criativa porque requer uma enorme adaptação e perversa pois os objetivos são pretensiosos para o materialismo, além de tratar-se, em muito, da imitação da cultura ocidental. Não se pode negar que o mundo externo permanece com o ar de superioridade em relação à África:

Os antigos estereótipos persistem (o “continente negro”, “selvagens”, “selva”, “Tarzan”, “primitivos”). O período tradicional é condenado na exaltação ao moderno e a cultura ocidental é vendida como superior”. As imagens da mídia estrangeiras focam as guerras civis e as disputas de poder, a Aids e a pobreza. A marginalização da África, o crescente empobrecimento de seu povo, as migrações para fora do continente, a transferência acelerada da cultura estrangeira, o subdesenvolvimento das instituições nativas e a degradação

de aspectos das culturas locais apontam para as dificuldades atuais de se preservar uma identidade cultural e de usá-la para formular estratégias eficazes de desenvolvimento (FALOLA 2020, p. 98).

Por isso, pensar a panaceia desse continente para o século XXI, é refletir que isolar-se do resto do mundo não é a resposta, muito menos deixar de extrair ideias e conhecimentos de outros povos, culturas e civilizações, mas ao fazê-los, adaptar, selecionar e pensar criativamente em como fazê-lo. O continente africano precisa ser capaz de conduzir sua identidade ao invés de ser promovido a depósito de ideias de outras partes do mundo.

Para tal, é importante retificar as imagens negativas sobre a África, presentes no imaginário Ocidental, e da ênfase nos aspectos negativos que coadunam nas temáticas de fome e guerra. Além disso, confrontar elementos do passado para desenvolver uma identidade pautada na “autonomia cultural” sem se isolar dos demais países, identificando o que lhe é próprio para promover uma cultura de identidade própria sem se esquecer do caminho percorrido até então.

Por fim, é preciso um enorme investimento na promoção e implementação de programas culturais e de desenvolvimento. Fomentando oportunidades de políticas públicas e criando meios de se usar da ciência, das tecnologias e da comunicação modernas para empoderar sua cultura e democratizar a sociedade, promovendo as culturas que já existem e as emergentes.

UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DA CULTURA AFRICANA NO MARANHÃO

No Maranhão a escravidão africana teve números pouco expressivos até 1750. Entre 1755 e 1778, cerca de 12 mil africanos foram trazidos através da Companhia Geral do Comércio e Grão-Pará e Maranhão. Com o crescente aumento de demandas de mão de obra para o plantio e colheita de algodão e arroz nas fazendas para o envio à Europa, a necessidade de novos escravos foi exigida. Para responder a esta exigência, cerca de 100 mil africanos, vindos principalmente de Guiné, Dahomey e Angola desembarcaram em terras maranhenses.

Mais a frente, em 1817, com a baixa da necessidade de algodão maranhense no mercado mundial, o tráfico de escravos sofreu um declínio expressivo, chegando a um número inexpressivo antes de 1850:

Crises econômicas e políticas – a guerra da Independência (1822-23) e a Balaiada (1838-41), que se desenrolaram na principal região produtora de algodão – contribuíram para abalar o poder econômico dos senhores. A inserção da sociedade escravagista no meio amazônico – a maior parte do norte da província era coberta por densas matas – combinada com esse desenvolvimento tardio, curto e intensivo, pode explicar alguns dos traços particulares do cativo maranhense (ASSUNÇÃO, 2010, p. 69).

Alguns fatores contribuíram para o declínio do movimento escravo no estado, dentre eles: a Balaiada entre 1838 e 1841; o processo escravista que se iniciava na Amazônia; além das condições endêmicas de proliferação de doenças, como a malária, em por toda a província. No final do século XVII para dar mais regularidade à entrada de escravos africanos no Maranhão a Fazenda Real tomou algumas medidas para se adquirir essa mão-de-obra. Entre elas, estava a Lei de 1º de abril de 1680 que definia no regimento das Missões de 1680:

Que todos os anos se metam no Estado do Maranhão quinhentos ou seiscientos negros, para suprirem os escravos que se faziam no sertão; os quais negros se venderão aos moradores por preços muito moderados e a largo tempo. E Sua Alteza os pagará aqui aos mercadores, com que se fez este contrato, para o qual lhes tem já consignado os efeitos de que se hão-de embolsar (Lei de 1º de abril de 1680 apud Beozzo, 1983).

Apesar das tentativas de introdução de mão-de-obra escrava negra em número mais expressivo, a previsão de entrada de cativos negros no Regimento não aconteceu e o mercado de mão-de-obra continuou em déficit diante da necessidade latente. Por isso, os indígenas

continuaram sendo usados como principal fonte de trabalho nos trabalhos das lavouras e engenhos no Maranhão.

Se por um lado havia a preocupação do monarca português com o número de escravos negros, por outro, havia o interesse da Coroa Portuguesa em responder as solicitações das capitanias por mão-de-obra. O desejo de Portugal em atender às solicitações requeridas é proporcional à ânsia com o crescimento econômico do Estado e por consequência, os benefícios que lhes traria.

Assim, no final do século XVII, as mudanças de mão-de-obra escrava foram evidentes. O escravo negro passou a ser o principal agente de trabalho no lugar do indígena. Além disso outras mudanças, como: preço dos escravos e a divisão destes entre as capitanias maranhense e paraense foram pontos de revisão e mudança neste período. O indígena passaria das lavouras de cravo e baunilha para as fortalezas e fortes, como força humana para a defesa do território amazonense, Pinheiro (2007).

Na discussão entre cativeiro e liberdade dos silvícolas e sua utilização como mão de obra, os jesuítas mediram forças durante muito tempo contra os colonos a fim de debater sobre o uso da força escrava da mão-de-obra indígena. Com a legislação em favor, ora de um, ora de outro e em consequência dessa situação, Portugal, utilizou-se por meio de leis, companhias de comércio e doação de assentos a colonos de forma particular, inserindo de forma regular o trabalho africano no Maranhão. Apesar de todos os esforços iniciais, e das várias tentativas destacadas ao longo do século XVIII, foi somente em sua segunda metade que a entrada de escravos africanos se deu de forma consistente no estado.

À luz dessa exposição geral, é possível acentuar três pontos. O primeiro, é a perspectiva conferida ao negro vindo da África como ser em pleno estado de selvageria, sem cultura ou história, onde se predomina a natureza arcaica. A segunda diz respeito às próprias diferenças entre europeus e africanos e a terceira a análise do sujeito africano sem “vontade racional”, e, portanto, sem o pré-requisito mínimo para a transformação da realidade, consoante aos critérios “racionais”, (Hernandez, 2005)

O direito ao credo: ancestralidade, religiosidade de cultura popular

Torna-se, portanto, evidente refletir a historicidade política e histórica, a partir do que é datado do começo da história dos africanos no Maranhão para outra que valoriza a cultura, as formas de ser e pensar, e reforça o direito humano à diversidade. A herança cultural africana se espalhou pelo Brasil, contribuindo com uma variedade de expressões culturais, influenciando todo o território nacional. De norte a sul, o lugar e a cultura negra marcam as nossas manifestações sociais e modos de vida do dia a dia do brasileiro

A exemplo, no Maranhão, muitas regiões remanescentes de quilombolas ainda se destacam pela variedade de expressões culturais, como “Pedrinhas, Santana, Morada Nova dos Deusdeth, Morada Velha, Monte Cristo, Potó Velho, Mata Burro, Santo Antônio dos Vieiras, Boa Esperança, Boa Vista dos Freitas, [...]” e outras (CARVALHO, 2021, p. 10). Comunidades estas que atestam a resistência e a historicidade da ancestralidade africana, bem como a diversidade cultural de seus povos e os movimentos de luta e identidade.

Um exemplo desse mosaico de heterogeneidade, está na Comunidade Quilombola Fazenda Velha/Monte Cristo, localizada no município de São Luís Gonzaga. Entre as expressões culturais e religiosas dessa comunidade, estão o candomblé, vindo ao Brasil através dos negros aqui escravizados; o culto ao ser superior Olorum (senhor do céu); os orixás com o Olorum, que apoiam espiritualmente ao fiel, com divindades que assumem características humanas e os fiéis com aspectos divinos, Carvalho (2021).

Várias comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão praticam religiões afro-brasileiras que foram trazidas ao Brasil entre os séculos XVI e XIX, influenciadas pelas religiões europeias, como o kardecismo e o catolicismo. Este sincretismo religioso, apresenta particularidades e modos de atuação únicos a depender da região do país. No Maranhão, o destaque nessas comunidades são o Candomblé e a Umbanda.

Além dessas, outras religiões de matrizes africanas como o Tambor de Mina, Divino Espírito Santo, Tambor de Mata ou Terecô, são religiões frequentemente praticadas no território maranhense. Em comum, falta-nos sublinhar que estas religiões que por muito tempo foram proibidas, e tiveram muitos de seus adeptos perseguidos e mortos, estão ligadas ao comportamento cultural do homem e da comunidade em que fazem parte. São retratos das suas tradições, que envolvem uma visão peculiar de histórias orais, identidades, por vezes, corrompidas e resistência ao dinamismo histórico que os tentou deixar à margem do primitivismo.

No Maranhão, há um número significativo de espaços sagrados onde são reverenciados cultos da Mina, da Umbanda e do Terecô como dito acima. Desta forma é imprescindível destacar que a maioria dos terreiros quer sejam de Mina ou outra denominação apresentam grupos de cultura popular como Tambor de Crioula, Bois ou outras manifestações como essas.

O Boi de Caboclo como instrumento de resistência

Em São Luís, alguns terreiros mantêm Bois que são pedidos pelas entidades que são chefes da casa, tenda ou barracão. A título de exemplo, apresentamos um desses grupos que é chamado de Boi dos Papudos do Bairro da Vila Nova. É um grupo que tem já 13 anos de existência e que começou nos últimos anos a tirar o Boi de dentro do terreiro, como diz o Lékójinân de Obaluayê, o zelador.

Após uma reforma de aproximadamente quatro meses no terreiro, comandada pela cabocla Teresa de Légua, decidiu-se fazer uma festa para comemorar a concretização do projeto de ter um espaço com mais estrutura. Assim, depois de receber um presente, um bozinho que estava guardado depois de uma limpeza no Ceprama¹, um amigo da casa enviou o presente para a pombagira Maria Padilha, no dia 17 de junho de 2002, assim nascia o Boi dos Papudinhos.

A forma que os antigos escravizados encontraram para manter seus cultos desenvolvidos em África foi incorporar manifestações do catolicismo popular, como o Bumba meu boi. Neles, algumas narrativas podiam ser retomadas sem que houvesse uma intensificação das perseguições de cunho religioso. Contudo, como uma manifestação de origens africanas, a repressão ocorria por reunir grupos de pretos em badernas e algazarras como era descrito pelos jornais da época.

O Boi dos Papudos tem como proposta quebrar com as amarras sociais, que estão alicerçadas pelo preconceito, ainda latente na sociedade. Os rituais celebrados na casa, são reverberados na forma como o Boi se apresenta, nos rituais que são seguidos pela maioria dos grupos de Bumba meu boi e que são de cunho religioso, como o Batizado ou benção e a morte ou matança do Boi.

¹ Local conhecido por abrigar apresentações da cultura popular de São Luís que fica localizado no Bairro da Madre de Deus, muito conhecido por ser um bairro que agrega muitos grupos de cultura popular a Companhia Barrica, o Boi da Madre de Deus, dentre outros.

Figura 1: O Boi e Teresa de Légua



Fonte: arquivo pessoal.

Trata-se, neste momento, de maneira detalhada do ritual de morte do Boi que ocorreu no dia trinta de novembro e primeiro de dezembro ano de 2024. O Touro negro, que representa o Rei Dom Sebastião, foi conduzido ao mourão para ser sacrificado no dia 30, após um cortejo da Praia da Guia, local onde o Boi dançou e seguiu com uma grande quantidade de brincantes e apreciadores acompanhando.

As ações eram conduzidas pela cabocla Teresa de Légua acompanhada de dois cantadores auxiliares, Jailson Vila Nova e Gabriel Silva, seguido de uma seresta com um cantor convidado. Esta ritualística segue uma estrutura semelhante a que foi apontada por Durkheim, em *Formas Elementares da Vida religiosa*.

Para o autor, primeiro as atividades de cunho religioso, depois, as festividades. Para Durkheim (2008, p. 455), “a religião não seria ela mesma se não deixasse algum espaço para as livres combinações do pensamento e da atividade, ao jogo, à arte, a tudo que recreia o espírito cansado por aquilo que há de demasiado pesado no labor cotidiano”, desta forma, entende-se

a seresta no primeiro dia e o bingo de um engradado de cerveja, como atividades constitutivas tanto da celebração como do sacrifício.

Retomando o ritual da morte do Touro Negro, ele é perseguido, e, depois de muita luta dos vaqueiros, laçado e trazido ao pé do mourão onde é sacrificado. O responsável por laçar o Boi, é o caboclo Joaquinzinho de Légua, entidade que usualmente se faz presente nas celebrações religiosas, nos tambores, da casa, incorporado na médium Didam Braga. Quando incorporado na médium, ele está subordinado os outros caboclos com hierarquia maior na casa.

Figura 2: Vaqueiro Joaquinzinho de Légua



Fonte: Arquivo pessoal.

Após laçar o Boi, é feito o sacrifício simbólico e o vinho cai lentamente em uma bacia que recolhe o sangue do boi e depois é distribuído aos presentes, ao canto de algumas toadas e à repetição durante grande parte da ritualística dos versos “Corre vinho, corre vinho”. É o momento a contra guia da casa, a entidade Maria Joana, incorporada na médium Flávia Araújo, passa a bacia com vinho e dá de beber a todos que estão no barracão.

Figura 3 e 4: Cabocla Maria Joana no momento sacrificial



Fonte: Arquivo pessoal

Trata-se de uma forma de abençoar todos que estão ali naquela celebração do redor do mourão, onde os votos são renovados na esperança do boi renascer para o ano seguinte. Segundo Mauss & Hubert (2017, p.13), “no sacrifício, ao contrário da consagração, irradia-se para além da coisa consagrada, atingindo, entre outras coisas, a pessoa moral que se encarrega da cerimônia. Ou seja, reforça-se a ideia de que todos são beneficiados no momento do sacrifício. Isso reforça outro postulado dos autores, de que todos os participantes passam a ser “sacrificantes”, pois “recolhem os benefícios do sacrifício ou se submetem a seus efeitos” (Mauss & Hubert, 2017, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões destacadas no presente artigo compartilham de um mesmo objetivo: a expressão de exploração e dominação, convertidas em consciência e força. O conjunto de escritos sobre a África, e particularmente entre as duas últimas décadas do século XIX e meados do século XX, traz noções e pré-noções do conhecimento, mas também do desconhecimento sobre o continente Africano.

O interesse pelo ocultamento da dinâmica cultural do continente e o desejo pelo apagamento de suas especificidades históricas, em relação aos continentes europeu e mesmo

americano não foi sem pretensão. Mesmo assim, e apesar do processo doloroso, não foi possível apagar a complexa diversidade cultural desses povos. Refletir sobre a identidade e historicidade desses povos, conduz-nos a refletir estereótipos raciais presentes até os nossos dias e que precisam ser discutidos e debatidos com afinco.

Os gestos de resistência por meio do aspecto religioso se ensejam como uma importante ferramenta que tem a árdua incumbência e causar pequenas fissuras em uma sociedade com costumes cristalizados e perpetuados por séculos baseados nos instrumentos de dominação que tem por base o silenciamento dos povos dominados no processo colonial até a sua completa aniquilação.

Torna-se, portanto, importante considerar questões de singularidade desses povos, sua cultura rica e diversa, seus modos de vida e afazeres e como tudo isso adentrou no nosso dia a dia de tal forma que hoje torna-se impossível dissociá-los das práticas diárias da qual realizamos. Por isso, é tão importante retomar e aprofundar a análise sobre a temática, agregar o já dito sobre e refazer argumentos. Para que, novas reflexões e pensamentos possam ser usados como pontos de continuidade.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão. Dossiê Patrimônio e memória da escravidão atlântica – História e Política. *Tempo*, n. 15, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/JFF39rKdbtb7FGsxR7C4C6v/>. Acesso em 02. set. 2024

BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1983

CARVALHO, Carla Milena Miranda. *Herança cultural afro-gonzaguense*. São Luís, 2021. 40 f.; il. Produto Educacional da Dissertação - A cultura afro-brasileira vai à escola: valorização do legado africano no Centro de Ensino Nazaré Ramos. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/1376/3/CARTILHA>

%20EDUCATIVA%20CARLA%20FINAL%20P%20DEPOSITO.pdf. Acesso em: 20. ago. 2024

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982, p.7.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2008.

FALOLA, Toyin. *O poder das culturas africanas*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2020

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. Ubu Editora LTDA-ME, 2017.

NGOENHA, Severino Elias. *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo: Edições Paulinas, 1993.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungretti. *Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa (1640-1700)*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: . Acesso em: 03. set. 2024

TOWA, Marcien. *A ideia de uma filosofia negra-africana*. Trad. Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: Neab-UFPR, 2015.